



O Militante

BOL ETIM DO COMITÉ CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

A LUTA CONTRA O PODER DOS MONOPÓLIOS

(Documento enviado à Conferência dos Partidos Comunistas dos países capitalistas da Europa, realizada em Viena em 9 de Maio de 1966)

I.

Portugal apresenta a característica de permanecer um país atrasado e miserável, enquanto as relações de produção capitalistas são altamente desenvolvidas, tanto na indústria como na agricultura.

Durante os 40 anos da sua existência, a ditadura fascista ao serviço do grande capital e dos grandes agrários, praticou sistematicamente uma política de feroz exploração da classe operária, de ruína e liquidação das pequenas empresas industriais e agrícolas, uma política de centralização, concentração e submissão ao imperialismo estrangeiro. Em consequência desta política, os ramos fundamentais da economia portuguesa, inclusivé a agricultura, são hoje dominados por uma dúzia de grandes grupos monopolistas (associados ao capital estrangeiro) e por algumas centenas de grandes proprietários rurais.

Entre os grupos monopolistas há, certamente, rivalidades. Mas o que caracteriza na actualidade as suas relações, é uma crescente aproximação, a associação e coordenação dos seus interesses em grande número de empresas e bem assim a sua acção conjunta e concertada visando a intensificação da exploração da classe operária, o esmagamento de numerosíssimos pequenos concorrentes e o domínio ainda mais completo da economia nacional.

O governo fascista, governo terrorista dos monopolios (associados ao imperialismo estrangeiro) e dos grandes agrários, serve os seus senhores pondo ao seu serviço o poder de Estado.

Pela participação do Estado no capital das grandes empresas, onde frequentemente dispensa lucros, pelos financiamentos e execuções, pelas reduções e remissões fiscais, pela espoliação dos

fundos das Caixas Sindicais de Previdência posteriormente aplicados em acções das grandes companhias, o governo põe os recursos da nação ao serviço da aristocracia financeira. Pela privação das liberdades democráticas e pela utilização de métodos terroristas, o governo fascista reprime toda a espécie de resistência ou de oposição à política monopolista.

Lutar contra os monopolios é lutar contra a intensificação da exploração que acompanha os planos fascistas de industrialização e desenvolvimento económico; é lutar contra as campanhas de «produtividade», as cadências infernais de trabalho, o sistema de multas e castigos, o prolongamento da jornada de trabalho, o desprezo pelos horários de trabalho, o congelamento de salários, o aumento do custo de vida e pelas reivindicações imediatas fundamentais dos trabalhadores.

Lutar contra os monopolios é lutar pela defesa dos interesses dos pequenos e médios industriais, comerciantes e agricultores atingidos pelos planos de «reorganização industrial» e «reconversão agrária», pelos impostos regressivos, por toda uma política tendente a acelerar a centralização e concentração.

A luta contra os monopolios é a luta do povo e da nação portuguesa contra um punhado de milionários e de grandes proprietários agrícolas (associados ao imperialismo estrangeiro) que a exploram e oprimem e contra o regime que os serve. Nas condições existentes em Portugal, lutar contra os monopolios é lutar contra a ditadura fascista; é lutar para libertar Portugal da ditadura fascista; é lutar para libertar Portugal do domínio dos monopolios.



2.

A luta contra os monopólios portugueses é inseparável da luta contra a exploração das riquezas e dos trabalhadores do país pelos monopólios estrangeiros. Não só uma parte considerável das riquezas de Portugal se encontra nas mãos dos imperialistas estrangeiros (ingleses, oeste-alemães, americanos, belgas, franceses, suecos e outros), como ainda estes estão estreitamente ligados a todos os grupos monopolistas portugueses sem excepção, em toda a espécie de empresas mixtas.

Não se deve contar com uma tomada de posição nacional do capital financeiro contra o imperialismo estrangeiro. As necessidades de uma rápida acumulação de capitais e de investimentos crescentes forçam os grupos monopolistas portugueses a procurar cada vez mais o apoio, os financiamentos e a associação dos monopólios estrangeiros com a participação dos respectivos capitais nas suas empresas. Os grupos monopolistas portugueses têm uma função cada vez mais subalterna em relação aos monopólios estrangeiros tornando-se dia-a-dia os seus agentes e representantes em Portugal.

A dominação de Portugal pelos monopólios estrangeiros corresponde à pilhagem desenfreada das suas riquezas, com as mais graves consequências para os interesses nacionais dado que os monopólios estrangeiros não têm na menor conta o desenvolvimento e o futuro económico do país; ela representa igualmente uma política de baixos salários e de congelamento de salários, assim como a intensificação da exploração dos trabalhadores, pois a mão-de-obra barata e o baixo custo da produção figuram entre as principais razões que atraem os capitais estrangeiros; a dominação de Portugal pelos monopólios estrangeiros representa a retracção do mercado interno dado que a exploração dos trabalhadores e a ruína dos pequenos produtores fazem

baixar o poder de compra das classes trabalhadoras e das classes médias; ela representa ainda a aceleração do processo de concentração e de centralização, pois os monopólios internacionais, graças aos seus recursos e à protecção fascista, quer estejam ou não associados aos grupos monopolistas portugueses vencem as pequenas e médias empresas na concorrência e acabam por assimilá-las e absorvê-las.

O domínio dos monopólios estrangeiros não constitui um factor de desenvolvimento económico de Portugal. Ele é, pelo contrário, um factor de atraso geral, de exploração e de miséria das classes trabalhadoras, de dificuldades e ruína das classes médias.

O domínio económico pelos monopólios estrangeiros arrasta consigo a submissão de Portugal ao imperialismo nos domínios político, diplomático e militar.

A participação de Portugal na NATO representa a cedência do território nacional para instalação de bases militares estrangeiras (base aérea oeste-alemã em Beja); representa a supervisão das forças armadas portuguesas por comandos estrangeiros e o auxílio dos imperialistas ao governo fascista, permitindo a este opor a violência à luta do povo português pela democracia e responder com a guerra à luta dos povos das colónias portuguesas pela sua independência.

Da situação existente, resulta que a luta contra os grupos monopolistas portugueses é ao mesmo tempo a luta contra o domínio dos monopólios estrangeiros em Portugal, contra a submissão de Portugal aos imperialistas estrangeiros, em primeiro lugar os imperialistas ingleses, oeste-alemães e norte-americanos que detêm os recursos e os ramos principais da economia portuguesa e constituem o mais forte apoio externo à ditadura fascista no domínio político, militar e económico.

3.

A participação de Portugal na Zona dos Sete constitui um poderoso factor de agravamento da dominação dos grupos monopolistas e do imperialismo estrangeiro, da exploração das classes trabalhadoras e das dificuldades das classes médias.

Justificando a necessidade de criar condições de competição com os países mais desenvolvidos nas novas condições de circulação de mercadorias, a indústria «é reorganizada» na base do estabelecimento de «dimensões mínimas» eficientes, a centralização industrial é acelerada, as pequenas e médias empresas são liquidadas ou

absorvidas, o domínio dos monopólios alarga-se a todos os ramos da economia nacional; a exploração da classe operária é agravada através das «campanhas de produtividade», da «racionalização», da intensificação do trabalho, do congelamento de salários; a dependência do comércio externo português relativamente ao estrangeiro agravou-se; em consequência das restrições que atingem os produtos agrícolas portugueses na Zona dos Sete, agudizou-se a crise da agricultura; a emigração de trabalhadores toma proporções enormes, suportando estes noutros países as piores condições de trabalho e de vida; a invasão de Portugal por capitais acentua-se e de igual

modo o agravamento consequente da dominação imperialista em Portugal.

No quadro da Zona dos Sete, Portugal é um comparso de segunda categoria (o mesmo aconteceria no quadro do Mercado Comum); pobre e atrasado, o país serve para vender matérias-primas e força de trabalho barata e comprar caro os produtos industriais. As classes trabalhadoras e os interesses nacionais são gravemente atingidos pelo domínio das grandes potências imperialistas.

Os acordos da Zona dos Sete (como os do Mercado Comum) são instrumentos de domina-

ção monopolista, e particularmente instrumentos de exploração e de opressão dos países mais desenvolvidos sobre os mais atrasados.

Nós lutamos por relações internacionais baseadas em princípios de igualdade, de respeito pelos interesses mútuos, de independência e soberania das nações. De igual modo opomo-nos à realização de acordos que só servem para intensificar a exploração dos trabalhadores portugueses, para acentuar o domínio dos grupos monopolistas e as dificuldades das classes médias, para agravar ainda mais o domínio do imperialismo na nossa Pátria.

4.

Portugal apresenta a característica original de ser simultaneamente um país dependente, submetido ao imperialismo estrangeiro e um país colonialista que domina ainda vastos territórios.

Por muito paradoxal que possa parecer, o próprio facto de Portugal, país pequeno e atrasado, ser um país dependente, permite aos colonialistas portugueses manterem ainda hoje, em vastas colónias, a exploração sob formas colonialistas tradicionais e daí o conduzirem criminosas guerras contra os povos de Angola, Guiné e Moçambique, que de armas na mão lutam pela sua independência.

Os imperialistas ingleses, americanos, belgas e oeste-alemães, instalaram-se nas colónias portuguesas, tal como em Portugal, tendo estes últimos ganho importantes posições nos últimos anos; de braço dado com os monopólios portugueses, reservam-se em regra a parte de leão.

Os colonialistas salazaristas conseguem prosseguir na sua política de exploração e de guerra nas colónias porque os Estados Unidos, a República Federal Alemã, a Inglaterra e os outros companheiros da NATO se encontram por detrás deles dando-lhe apoio financeiro, militar e diplomático.

O auxílio dado pelas grandes potências imperialistas a Salazar, é pago ao preço crescente do abandono de Portugal à sua exploração. A manutenção do domínio colonial português e o agravamento da situação de dependência de Portugal caminham lado a lado.

A libertação dos povos das colónias portuguesas não é somente uma justa aspiração destes povos. Ela constitui uma necessidade imperiosa para a libertação do povo português. Ao defenderem o direito dos povos das colónias portuguesas à autodeterminação, o que significa o direito à independência completa e imediata, os comunistas portugueses cumprem simultaneamente o seu dever de internacionalistas e de patriotas.

Considerando a exploração feroz dos povos coloniais pelos grupos monopolistas portugueses, particulares deveres de solidariedade cabem à classe operária de Portugal e ao seu Partido, o Partido Comunista Português. O Partido Comunista Português considera seu dever sagrado tudo fazer para auxiliar a luta dos povos das colónias portuguesas e para apoiá-los na guerra que justamente mantém pela sua independência nacional.

Entretanto, uma vez que grupos monopolistas de quase todos os países europeus exploram e oprimem tantos povos e nações por toda a parte do mundo, inclusivé Portugal e as suas colónias, nós consideramos que uma responsabilidade especial incumbe também aos partidos irmãos da Europa capitalista relativamente ao movimento de libertação nacional.

A luta contra os monopólios significa não apenas a luta em cada país contra os respectivos monopólios, mas também a luta contra o domínio dos monopólios estrangeiros sobre o seu próprio povo e sobre os outros povos.

5.

A política do governo fascista servindo aberta e ostensivamente os monopólios e os grandes agrários, atinge os interesses de todas as outras classes e camadas sociais: o proletariado (operários industriais e assalariados rurais), o campesinato (pequenos e médios agricultores), a pequena burguesia urbana, alguns sectores da média

burguesia, a intelectualidade.

O regime fascista de Salazar não conseguiu criar uma base de massas. Ele encontra-se isolado das vastas massas populares pelo facto de prosseguir na sua política de concentração e a base social em que se apoia restringe-se cada vez mais.

A situação económica, social e política em Por-



tugal determina a aproximação dos interesses de todas as classes e camadas não monopolistas na luta contra a política dos monopólios e do seu governo fascista. A expressão política da unidade das classes anti-monopolistas é a unidade das forças democráticas e patrióticas na sua luta pelo derrubamento da ditadura fascista e pela instauração das liberdades democráticas em Portugal.

Sem dúvida que numa frente anti-fascista tão ampla como esta, há inevitavelmente divergências entre os seus diferentes sectores relativamente a certos pontos que dizem respeito ao estabelecimento de um programa comum, formas de organização e de luta. Mas não é menos certo que há interesses vitais imediatos atingidos pela política dos monopólios que unem todos os sectores na resistência diária a esta política; por outro lado, há um objectivo comum e fundamental que reúne todos na luta política geral contra o fascismo: o derrubamento da ditadura fascista e a conquista das liberdades democráticas.

Foi partindo desta idéia central que o Partido Comunista Português colocou de há muito no primeiro plano das suas actividades a unidade de

todas as forças anti-fascistas, tendo-se obtido importantes êxitos neste domínio.

Ao longo de 40 anos de ditadura fascista, em períodos de luta política ampla e aberta e de grandiosas manifestações de rua, muitas das maiores batalhas tornaram-se possíveis graças à unidade dos democratas e dos patriotas portugueses. Nas lutas de massas contra o fascismo, nenhuma descriminação devida a diferenças de opinião política ou religiosa se verifica entre os que lutam. De resto, têm uma longa tradição os laços e o estabelecimento de normas de cooperação e de acção comum entre os diferentes agrupamentos e sectores da opinião anti-fascista.

O Partido Comunista Português luta infatigavelmente para reforçar a unidade de todas as classes e camadas não monopolistas, de todos os sectores democráticos e patrióticos na luta quotidiana contra a política fascista ao serviço dos monopólios, dos grandes agrários e do imperialismo estrangeiro. Nas actuais condições do fascismo em Portugal, a política de unidade de todos os democratas e patriotas, baseada fundamentalmente na unidade da classe operária, é uma constante da política do Partido do proletariado.

6.

Em Portugal, a unidade da classe operária na luta contra os monopólios e o seu governo fascista apresenta aspectos muito particulares.

O Partido Comunista é o único partido operário existente em Portugal. As organizações anarquistas, que representavam uma importante força operária antes do golpe fascista de 1926, não resistiram, assim como o Partido Socialista, à repressão fascista que as aniquilou completamente. Os pequenos agrupamentos socialistas hoje existentes são compostos por intelectuais, contam apenas com estudantes, não tendo qualquer ligação com a classe operária nem o seu apoio. Os sindicatos fascistas, ditos «nacionais», são os únicos sindicatos existentes. Há, no entanto, outros organismos de carácter sindical—as Comissões de Unidade—constituídas por trabalhadores honestos e firmes, de todas as tendências políticas; apoiando-se nas massas e a despeito das perseguições, esses Organismos conseguem impôr-se como representantes legítimos dos trabalhadores para apresentarem e defenderem as suas reivindicações.

Nestas condições, a unidade da classe operária em Portugal não se coloca em termos de unidade entre o Partido Comunista e os partidos socialistas e bem assim entre as diversas centrais sindicais, como acontece noutros países. A unidade da classe operária estabelece-se fundamentalmente sob a direcção do Partido Comunista, nas

lutas económicas e políticas e na constituição das Comissões de Unidade, dos trabalhadores.

Nas condições da luta imposta pela ditadura fascista, é extremamente difícil estabelecer e organizar a unidade de acção dos trabalhadores. Todas as reivindicações operárias são consideradas «actos subversivos», as greves são consideradas como crime e qualquer tentativa de organização é ilegal. Uma repressão constante e brutal se abate sobre os trabalhadores. Pelo simples facto de terem lutado em defesa dos seus interesses vitais imediatos, milhares de trabalhadores foram encarcerados, torturados, condenados e em muitos casos assassinados. Mas se por um lado estas condições criam dificuldades à luta dos trabalhadores, por outro, elas ensinam-lhes que só unindo-se eles podem fazer face à exploração e à opressão dos monopólios e do seu governo fascista. Dada a constante repressão fascista, a luta dos trabalhadores acusa muitas dificuldades, mas é uma realidade que a classe operária portuguesa não está dividida.

O desenvolvimento da luta da classe operária e da sua unidade de acção dependem de uma maneira decisiva do reforço de organização do Partido Comunista, da criação e da actividade de Comissões operárias, da utilização dos sindicatos fascistas.

Lutando infatigável e corajosamente contra a exploração e a política dos monopólios e do go-

verno fascista, dando altos exemplos de combatividade e de heroísmo, a classe operária portuguesa mantém-se na vanguarda do movimento nacional anti-fascista.

7.

Tendo exposto alguns aspectos da situação existente em Portugal que mostram como a luta contra os monopólios no nosso país é sinónimo de luta contra o fascismo e pela democracia, nós desejaríamos ainda acrescentar algumas palavras sobre a luta conjunta contra os monopólios e pela democracia, da classe operária dos países capitalistas da Europa e dos respectivos Partidos Comunistas.

Do nosso ponto de vista, esta coordenação exige que se tenha em conta alguns princípios e posições de base de ordem geral:

- a) é da competência de cada Partido Comunista traçar a orientação da luta contra os monopólios no seu respectivo país; isto significa que pertence a cada Partido definir em relação ao seu país, a etapa da revolução, os objectivos da sua actividade, o sistema de alianças do proletariado, as formas de luta;
- b) a solidariedade recíproca entre os trabalhadores e os partidos comunistas dos

diferentes países capitalistas da Europa deve ser intensificada, no quadro da luta pelo reforçamento da unidade do movimento operário e comunista mundial;

- c) para que possa opôr-se à acção coordenada dos monopólios e dos governos respectivos, a classe operária e os partidos comunistas dos países capitalistas da Europa devem esforçar-se por coordenar a sua acção;
- d) a classe operária e os partidos comunistas dos países capitalistas da Europa têm responsabilidades especiais a assumir na luta contra a exploração e a opressão exercidas sobre outros povos pelos monopólios e os governos dos respectivos países e, particularmente, contra a dominação colonial e as formas de neo-colonialismo.

Maio, 1966.

Partido Comunista Português.

O CAMINHO PARA O DERRUBAMENTO DO FASCISMO

«Para o desenvolvimento do movimento operário e popular nas condições da ditadura fascista, o Partido Comunista Português utiliza e associa as formas ilegais, semi-legais e legais de actuação. Apoiando-se num sólido e vasto trabalho clandestino de organização, de imprensa, de agitação e propaganda, de mobilização das massas populares para a luta, o Partido Comunista aproveita e faz por criar possibilidades legais e semi-legais de organização, de propaganda e de acção, mesmo as mais contingentes e limitadas. A importância relativa das várias formas de luta depende de cada momento concreto. Não basta apenas associar as formas diversas de luta. É necessário escolher e indicar em cada momento as formas fundamentais e passar audaciosamente de umas formas para outras, segundo as condições que se oferecem. A passagem das formas de luta pacífica para as formas de luta armada está indissolúvelmente ligada ao amadurecimento da crise revolucionária e à criação duma situação insurreccional.

ção das forças revolucionárias, a intensificação e generalização da luta popular, criação condições para o levantamento nacional vitorioso, para a insurreição popular armada, que derrubará o governo fascista.

O Partido Comunista Português, ao mesmo tempo que procura ganhar as vastas massas populares para a luta pelos objectivos fundamentais da revolução democrática e nacional coloca, como primeiro passo a dar após o derrubamento da ditadura fascista, a subida ao poder de um Governo Provisório no qual estejam representadas as forças democráticas e patrióticas, designadamente o Partido da classe operária, o Partido Comunista Português.

Para a luta pelo derrubamento da ditadura fascista e a instauração do Governo Provisório, o Partido Comunista Português procurará estabelecer com as outras forças democráticas e patrióticas uma plataforma política comum.»

A unidade das forças anti-fascistas, a organiza-

(Do II cap. do Programa do P.C.P.)



PEDIDO DE ADMISSÃO NO PARTIDO

A carta que hoje publicamos não constitui um caso inédito na vida do nosso Partido. Um homem católico, cujo pensamento político evoluiu até às posições do comunismo, pede para ser admitido nas nossas fileiras, compreendendo todo o valor e significado da atitude que toma. No Partido Comunista Português estão operários católicos, homens e mulheres, a quem o Partido não pediu para renunciarem às suas crenças, afim de serem admitidos no seu seio. Aqueles que pensam ser uma tal atitude ditada por motivos táticos ou por influência da renovação que se opera em largos círculos da Igreja católica, poderão constatar que uma tal posição resulta da prática de uma linha política, seguida pelo nosso Partido, que Lênine já preconizava como justa e objectiva, para a causa do proletariado. «Não somente devemos admitir, mas trabalhar para atrair ao Partido todos aqueles operários que ainda crêem em Deus» — afirmou Lênine. E acrescentou — «Somos absolutamente contrários à mais ligeira afronta às convicções religiosas destes operários. Devemos recrutá-los com o objectivo de os educar no espírito do nosso programa e não com o objectivo de conduzir uma luta activa contra a religião».

Na luta contra a ditadura fascista, os comunistas não deram apenas provas de tolerância política, em relação aos católicos. Lutaram desde o princípio pela integração dos católicos na Unidade,

combatendo consequentemente as posições dos que se opunham por preconceitos políticos e filosóficos à participação de homens tão firmemente dispostos a integrar-se no combate contra a ditadura, como aqueles que não crêem em Deus.

Se essa posição de tolerância e coerência política dos comunistas não está presente em todos os que acompanham desde há muito a actividade do Partido para tornar a Unidade uma verdadeira conjugação de esforços de correntes, partidos, grupos e personalidades que se opõem sinceramente ao fascismo, não deixou no entanto de se registar na mente daqueles, que guiados por ideias religiosas, puderam aferir na prática da sinceridade das atitudes dos comunistas, da justeza da sua linha política, da sua dedicação à causa da Democracia, do seu firme propósito de derrubar a ditadura e de construir um regime de Liberdade, de Progresso Social, de Paz, de Bem estar para o povo português.

Esses católicos fizeram a sua aprendizagem política, e não se tornaram apenas aliados dos comunistas. Alguns deles quiseram ser, membros do nosso Partido. E estão bem entre nós. No Partido Comunista cabem os homens e mulheres que concordam com o Programa, e Estatutos, independentemente das suas crenças religiosas, e estão dispostos a lutar e a sacrificar-se por eles.

AO COMITÉ CENTRAL

DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Estimados camaradas:

Neste momento que foi longamente meditado, sofrido, amadurecido, num grande desejo de coerência, de acerto, de me definir na escolha do caminho político que creio o mais justo, neste momento, é a imagem do nosso povo e da classe operária que tenho presente na minha consciência, e a daqueles que politicamente o representam e a quem muito estimo, e muito admiro.

É, pois, perante todos vós que me coloco e sou responsável. Posso errar, pelas minhas deficiências, mas sinceramente creio que escolho o caminho em que melhor realizarei, no mais largo plano humano, as minhas mais profundas convicções ideológicas.

Ao dar politicamente o passo a que esta carta corresponde desejo que conheçais todo o meu pensamento, todos os meus escrúpulos de consciência.

Sou católico e desejo dar a minha adesão ao Partido Comunista Português. Com esta decisão em nada se modificou a minha posição no plano dos princípios religiosos. Não houve no meu espírito uma «inovação», mas uma renovação, uma

nova tomada de consciência em que harmónicamente coincidem e se completam convicções religiosas e políticas.

O conceito que eu tinha do que implicava ser membro do Partido surge-me hoje confrangedoramente estreito em face da realidade objectiva que é a construção de uma sociedade socialista e da responsabilidade que todo o cidadão tem perante esta poderosa realidade. Durante muito tempo eu não podia conceber um comunista que logicamente não fosse materialista. Mas hoje pergunto-me: ser comunista significa necessariamente ser ateu, já hoje e mais ainda no futuro? Se assim fosse, o sistema político-económico perderia a sua característica de universalidade que tem.

Por mim sinto que quanto melhor apreendo a autenticidade do cristianismo e quanto melhor conheço toda a amplitude do imenso benefício que o sistema socialista representa para a felicidade e progresso da humanidade, menos entaves encontro para pedir a minha integração no Partido Comunista Português. E mais. No meu espírito, essa aliança toma as características

de uma necessidade: de uma coerência e harmonia necessárias.

No plano político, é como comunista, organizado dentro do Partido, profundamente mergulhado no seu corpo colectivo, instruindo-me nas leis do socialismo científico, que eu encontro os mais largos horizontes à escala nacional e dos povos, para a realização da mensagem de fraternidade, de unidade, de solidariedade, de amor, de responsabilidade perante Deus e perante os homens, do Cristianismo.

Múltiplas foram as influências que incidiram sobre a decisão que tomo; quero apenas referir algumas, da que mais directamente estão ligadas a uma razão estritamente política.

Interessado e preocupado com os problemas que o fascismo coloca ao nosso povo e à nossa Pátria, foi no Partido Comunista Português que eu reconheci o único caminho para a sua justa solução. Só nele eu encontrei segurança—pela justeza de orientação, coerência constante, persistente esforço—para a realização necessária da unidade da classe operária e das forças democráticas, indispensável à solução do problema político Português. Só no Partido Comunista Português eu encontrei uma plena consciência, constantemente confirmada, da responsabilidade de um partido político na defesa da Paz e dos verdadeiros interesses do povo português. Só ele reconheço que luta por uma verdadeira política de defesa da soberania e independência nacional, com a visão ampla e a pureza e rectidão de comportamento político que lhe dá a isenção da sua posição relativamente a interesses económicos.

Não ignoro a possibilidade de erros políticos, mas é ainda só no Partido Comunista Português que eu verifico as suas mínimas oportunidades, pela aplicação efectiva do centralismo democrático, que tão bem traduz a norma cristã do respeito pelo próximo e autoridade necessária, na sua mais ampla e responsável aplicação.

A justeza e honestidade política que marcam a linha do Partido em todos os seus aspectos e que permite aos seus membros em todas as circunstâncias aquela rectidão de comportamento político que os caracteriza, foi desde longa data um factor que muito me impressionou.

E não posso deixar de referir a poderosa influência que sobre mim exerceu, para a decisão política que agora tomo, o espírito de solidariedade que conheci entre os comunistas do nosso país e muito mais tarde no colectivo de milhões de homens e de mulheres através dos laços de internacionalismo proletário. Em toda a parte os Partidos Comunistas são um porto de abrigo seguro, prontos a dar auxílio fraterno individual, pela mesma razão por que estão prontos a baterem-se solidariamente lá onde os sagrados direitos dos povos são lesados, onde a política do mundo capitalista põe em perigo a paz mundial, onde as classes trabalhadoras lutam pela sua emancipação e contra a exploração de que são vítimas.

Pelas ideias que resumidamente acabo de ex-

pôr, posso afirmar: sinto-me integralmente com o Partido no plano da acção política. De acordo com o seu Programa na fase actual da vida política nacional e seguindo a via que conduzirá à construção do socialismo. De acordo com os seus Estatutos. Pronto a dar toda a colaboração para que possa ter préstimo, com a convicção de que nunca encontrarei qualquer incompatibilidade entre o Partido e a minha posição de católico praticante, com a certeza de que os objectivos políticos comuns que nos unem, de tão grande significado, como é a construção do socialismo, implicam a filiação no único Partido que consequentemente luta por eles, independentemente de convicções religiosas.

Sei que uma actividade coerente dentro do Partido na luta contra o fascismo e pela revolução democrática e nacional, etapa da via para o socialismo, exige hoje, sob as condições particulares da repressão e exigirá mais ainda amanhã na renúncia à tentação de uma vida mais fácil, muito espírito de sacrifício que deve ser aceite de coração disponível, com a consciência da sua justa necessidade e do elevado sentido humano e político que o inspiram. Desejarei muito esforçar-me sempre por ser capaz de corresponder a tudo aquilo para que possa ser útil em qualquer circunstância.

Queridas e queridos camaradas: tenho bem a consciência de que pedir para que seja aceite o meu pedido de adesão ao Partido, não é um acto de filiação num partido político qualquer, que implique apenas uma concordância com o seu Programa e com os seus Estatutos. Essa filiação no único Partido que legitimamente representa a classe operária e o nosso povo, implica uma autêntica filiação, no sentido mais profundo do termo. Implica uma assimilação, uma integração, uma mentalidade que é caracterizada, entre outras por um conjunto de qualidades que não posso.

Confio muito, muito em vós. Espero muitíssimo da acção benéfica que a vida colectiva vivida, do Partido, trará à minha mentalidade. E é bem sólidamente fundamentada esta minha confiança. Se, conforme há pouco assinalava, muito devo à integridade da linha orientadora do Partido, é com comovida gratidão que evoco o carinho e generosa consideração com que sempre me têm tratado ao longo de anos de convívio, nas mais variadas circunstâncias.

Tenho bem a consciência de que nos progressos que precisarei de fazer como comunista, aquela profunda transformação interior constituirá a parte mais laboriosa, de esforço mais activo, persistente e difícil, na responsabilidade que perante vós assumo ao pedir a minha filiação ao Partido.

Mas é um trabalho cheio de esperança, queridos camaradas.

Nele me porei com todo o entusiasmo, com todo o fervor, com toda a força do meu coração, afim de ser um só, integralmente, com todas e todos vós.

ORGANISMOS INTERMÉDIOS

«Na sua reunião de Agosto de 1963, o CC aprovou a seguinte resolução sobre organismos intermédios do Partido:

«O Comité Central considerou que o melhoramento do trabalho dos organismos de direcção intermédios (Comités Regionais, Comités Locais, Comités de Classe e outros) é de importância vital para o desenvolvimento de todo o trabalho do Partido. Torna-se necessário não apenas intensificar a formação de organismos intermédios para melhor estruturar o Partido, como dar-lhes vida política e elevar o seu nível político de trabalho.

Devem ajudar-se os organismos intermédios:

- a) Escolhendo cuidadosamente os camaradas que os compõem;
- b) Dando maior assistência ao seu trabalho corrente;
- c) Fortalecendo a sua ideia de responsabilidade como organismos dirigentes;
- d) Tomando medidas para o desenvolvimento dos seus membros;
- e) Editando materiais, publicando na imprensa do Partido e radiodifundindo pela Rádio do Partido artigos que directamente os ajudem».

A aplicação prática desta resolução tem trocado com imensas dificuldades, umas resultantes de concepções erradas quanto à formação e responsabilização dos organismos intermédios, outras da incapacidade que temos mostrado para conhecer e seleccionar entre os membros do nosso Partido camaradas dedicados, a quem falta sem dúvida a preparação política mas que, tendo as qualidades fundamentais de militantes, podem progredir rapidamente se convenientemente ajudados.

São ainda as concepções sectárias que mais dificultam o avanço do Partido neste terreno. É puro idealismo ficar a esperar que apareçam quadros com certo grau de capacidade política se neste ou naquele sector, neste ou naquele momento esses quadros não existem. É este idealismo que em grande parte impede que se avance muitíssimo mais na formação de organismos intermédios. Em política, o que conta são as realidades; mas esta verdade nem sempre está presente no nosso trabalho. Enquanto cada organismo, cada camarada funcionário, se não habituar à ideia que melhor ou pior só podemos caminhar com o que temos, e que temos camaradas que, embora ainda sem capacidade política, são firmes e dedicados, não daremos os passos necessários para vencer a batalha dos organismos intermédios. Naturalmente que as tarefas de cada organismo, como de cada camarada, têm de estar de acordo com a capacidade dos próprios organismos e camaradas; mas tenhamos a coragem de chamar quadros mesmo com capacidade mais reduzida a organismos

intermédios, pois fazendo-o refoçamos o Partido e alargamos a possibilidade de desencadear novas lutas.

No que se refere à responsabilização dos organismos intermédios, temos de igual modo muito a fazer. E este muito a fazer começa evidentemente nos próprios organismos de direcção regional. Não são poucos os casos passados nestes organismos em que eles ficaram paralisados perante acontecimentos políticos, repressivos e outros, quando o seu dever era tomarem a iniciativa de resolverem os problemas, sem ficarem amarrados à ideia de que podem errar. Este procedimento tem já acarretado prejuízos graves para o Partido: lutas que não se desenvolvem, possibilidades de trabalho que se perdem, casas assaltadas pela polícia que podiam ser salvas, camaradas que escusavam de ser presos, etc. O artigo 27º do Projecto de Estatutos, referindo-se aos órgãos dirigentes provinciais, regionais, sob-regionais, locais, etc., diz que na sua esfera de acção cada um deles deve:

«Tomar resoluções e ter iniciativas nas questões políticas e organizativas do seu sector de trabalho». Este artigo necessita de ser plenamente aplicado na prática.

A falta de iniciativa dos organismos intermédios, e em primeiro lugar dos organismos de direcção regional, reflecte-se depois em cadeia nos organismos imediatamente inferiores. Todos eles se habituariam da mesma maneira a nada resolver sem a opinião do controlador, o que é profundamente errado. É errado porque uma tal concepção mata nos militantes o espírito de iniciativa, transforma-os em «paralíticos» que só se movem quando alguém os empurra. É ainda errado porque, perante o aumento da repressão, é mais do que nunca necessário que os organismos intermédios estejam preparados para desenvolver a sua actividade, mesmo quando lhes falta a ligação com os organismos superiores.

Os organismos sob-regionais, locais e outros, têm de ser organismos vivos, virados para a acção constante em defesa das massas populares, para a conquista de posições nas organizações de massas. Eles têm de estar atentos a uma infinidade de problemas, tanto de carácter político e social como económico, etc. Há também toda uma série de problemas de carácter local, regional, etc. que são da sua competência. Mas estes problemas só podem ser resolvidos por esses organismos na medida em que eles mesmo se capacitem das suas responsabilidades e se disponham a actuar, independentemente de terem ligação ou não.»

(Do Relatório de Organização do C.C. ao VI Congresso).